



A4-380 “Venenos veterinários”: impactos socioambientais do uso de produtos veterinários no estado de Goiás

Gleida Gutielle da Silva Melo, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

gleidagutielle@hotmail.com

Murilo Mendonça Oliveira de Souza, Universidade Estadual de Goiás (UEG)

murilosouza@hotmail.com

Resumo

O uso de produtos de uso veterinário tem crescido recorrentemente no território brasileiro, causando amplos impactos para a saúde da população e para o meio ambiente. Isto decorre, entre outras questões, da fragilidade no processo de controle e regulação de tais produtos. Em Goiás, os impactos de tal negligência é ainda maior, desde que, este Estado é responsável por 10% de todo o rebanho bovino nacional, com 21.580.398 cabeças de gado (IMB, 2015). Assim, também os impactos do uso destes produtos têm aumentado no estado, destacadamente para a saúde de trabalhadores rurais e para o ambiente natural. Nesse contexto, o presente texto tem como objetivo geral analisar os impactos dos produtos de uso veterinário (“agrotóxicos veterinários”) para a saúde dos trabalhadores e para o meio ambiente. Esperamos, com isso, iniciar uma reflexão em torno da invisibilização dos “agrotóxicos veterinários” e de seus impactos no Brasil.

Palavras-chave: agrotóxicos, produtos veterinários, impactos ambientais, saúde.

Abstract

The use of veterinary products has grown repeatedly in Brazil, causing large impact on people's health and the environment. This is due, among other things, the weakness in the control and regulation process of such products. In Goiás State, the impacts of such negligence is even greater, since this state is responsible for 10% of the entire national cattle herd, with 21,580,398 units (IMB, 2015). So also the impacts of use of these products have increased in the state, notably for the health of farm workers and the natural environment. In this context, the present text has as main objective to analyze the impacts of products for veterinary use ("veterinary pesticides") to the health of workers and the environment. We hope, therefore, start a reflection on the invisibility of "veterinary pesticides" and its impact on Brazil.

Keywords: pesticides, veterinary products environmental impacts, health.

Introdução

O uso de agrotóxicos no território brasileiro tem crescido recorrentemente, sendo que, desde 2008, assumimos o posto de maior consumidor mundial de tais produtos, com aproximadamente 1 bilhão de litros comercializados.

Juntamente com o crescimento na comercialização de agrotóxicos tem crescido também os impactos de tais produtos para o ambiente e a saúde da população brasileira. Nesse contexto, contudo, tem sido pouco visualizado a elevação no uso de “agrotóxicos veterinários”, especialmente produtos de controle de ectoparasitas.

Ao contrário dos impactos dos agrotóxicos de uso agrícola que, nos últimos anos tem sido, ainda que superficialmente, destacados, os impactos dos produtos de uso veterinário continuam invisibilizados. Além do fato de que o controle e regulação de tais produtos são



muito menos rígidos que dos agrotóxicos de uso agrícola, desde que sua aprovação depende apenas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Em Goiás, os impactos de tal negligência é ainda maior, desde que este Estado é responsável por 10% de todo o rebanho bovino nacional, com 21.580.398 cabeças de gado (IMB, 2015). Assim, também os impactos do uso destes produtos têm aumentado no estado, destacadamente para a saúde de trabalhadores rurais e para o ambiente natural. Nesse contexto, o presente texto tem como objetivo geral analisar os impactos dos produtos de uso veterinário (“agrotóxicos veterinários”) para a saúde dos trabalhadores e para o meio ambiente. Esperamos, com isso, iniciar uma reflexão em torno da invisibilização dos “agrotóxicos veterinários” e de seus impactos no Brasil.

Metodologia

O presente texto é resultado de pesquisa desenvolvida no sentido de buscar elementos para analisar o uso indiscriminado de produtos de uso veterinário, com destaque para aqueles de controle de ectoparasitas. Neste contexto, metodologicamente, tivemos como base, além da construção de uma base referencial, o levantamento de informações em fontes de dados secundários e a pesquisa direta, com roteiros semiestruturados de entrevistas, nas lojas agropecuárias do município de Goiás. Foram realizadas entrevistas com representantes de todas as locais de venda de produtos veterinários no município citado, que somam 8 instituições comerciais. As informações levantadas foram organizadas em bancos de dados, para análise e utilização neste e em outras reflexões. Destacamos que, além das informações mencionadas, trazemos também resultados de discussões realizadas no âmbito da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, organização dos movimentos sociais que tem lutado em diferentes espaços para a eliminação dos agrotóxicos no Brasil. As discussões qualitativas realizadas neste contexto foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Resultados e discussões

O rebanho bovino brasileiro totalizou, em 2013, 211.764.292 de unidades. Número este, portanto, que supera o total de habitantes, que está em torno de 203 milhões, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). Este rebanho tem na criação extensiva, a pasto, sua base técnica produtiva, o que torna a produção de carne e leite, no país, uma das mais baratas no mundo.

O uso de tecnologias genéticas para aumento de produtividade ainda é reduzido no país. Os investimentos, nesse contexto, têm sido realizados, intencionalmente, no desenvolvimento de produtos veterinários para controle de parasitas e enfermidades que afetam a produção animal. Destacadamente, tem crescido o mercado de “agrotóxicos” veterinários¹ no território brasileiro. O mercado dos “agrotóxicos” veterinários apresenta escala crescente no território brasileiro em função da propaganda massiva de tais produtos, que pregam resultados imediatos, da sua classificação, controle e legislação distinta.

[...] existem 7.222 produtos de uso veterinário autorizados para comercialização no país, com destaque para os antibióticos e os produtos de combate aos ectoparasitas (em particular os carrapaticidas). Esses

¹ Denominamos aqui de “Agrotóxicos Veterinários”, alegoricamente, todos aqueles produtos químicos veterinários utilizados para controle de parasitas nos rebanhos bovinos brasileiros, com destaque para aqueles utilizados no controle de ectoparasitas, em forma de pulverização.



produtos são regulados exclusivamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). (Augusto, *et al* (2012) 97pp).

Em função, também, do crescimento na demanda por carne bovina, leite e seus derivados no mercado brasileiro e internacional, tem se elevado a produção e uso de produtos veterinários de diferentes ordens. De acordo com dados do SINDAN (2015) o faturamento das empresas responsáveis pela produção destes produtos, em 2013, foi de R\$ 3.956 milhões, sendo que as classes mais vendidas foram a biológica (27%), antiparasitas (25%) e antimicrobiana (16%). Os ruminantes (especialmente bovinos) compõem o grupo animal responsável pela maior parte deste mercado, com 56,3% do total.

Embora a produção e uso dos agrotóxicos de uso agrícola tenha seu processo de controle e regulação cada vez menos rígidos no Brasil (Lembramos que somos desde 2008, o maior consumidor mundial de tais produtos), para os produtos de uso veterinário esta questão é ainda mais problemática. Pois, o controle dos agrotóxicos, além da anuência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), passa por avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Enquanto isto, os produtos de uso veterinário são regulados somente pelo MAPA². De acordo com o Decreto nº 6.296/2007:

Art. 25. Entende-se por produto de uso veterinário para os fins deste Regulamento toda substância química, biológica, biotecnológica ou preparação manufaturada destinada a prevenir, diagnosticar, curar ou tratar doenças dos animais, independentemente da forma de administração, incluindo os anti-sépticos, os desinfetantes de uso ambiental, em equipamentos e em instalações de animais, os pesticidas e todos os produtos que, utilizados nos animais ou no seu habitat, protejam, higienizem, embelezem, restaurem ou modifiquem suas funções orgânicas e fisiológicas. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2015)

Estudos realizados no ano de 2012 analisaram a legislação dos “agrotóxicos” veterinários e destacaram alguns pontos de dissonância. Entre estes, destaca-se o uso de produtos formulados a partir de princípios ativos já proibidos no país para agricultura, que são usados livremente na pecuária; a inexistência da classificação toxicológica nas embalagens (comunicação de riscos presentes); a permissão da venda fracionada (proibida nos agrotóxicos de uso agrícola); a inexistência de indicações de cuidados com o meio-ambiente; a falta de indicação/informação de medidas de segurança/proteção durante a manipulação dos mesmos são umas das controvérsias que podem ser encontradas, como expõe Silva, Moreira, Peres (2012). Essas distinções acabam resultando em inúmeros efeitos à saúde.

[...] é grande o número de problemas relacionados, na literatura científica, à ingestão dos resíduos veterinários tais como doenças respiratórias, cardíacas, do sistema nervoso central e efeitos adversos à gravidez, como má-formações e os abortos espontâneos [...] (Lust, Barthold, Malesker (2009) *apud* Silva, Moreira, Peres (2012) 315pp)

Além desses problemas, inerentes à saúde dos trabalhadores, pode-se constatar também o crescimento de casos de intoxicações no âmbito nacional e estadual (FIGURA 1).

² A legislação dos produtos veterinários no Brasil é contemplada pelos seguintes instrumentos: Decreto-Lei nº 467/1969, Decreto nº 5.053/2004, Lei nº 6,198/1974, o Decreto nº 6.296/2007 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2015).

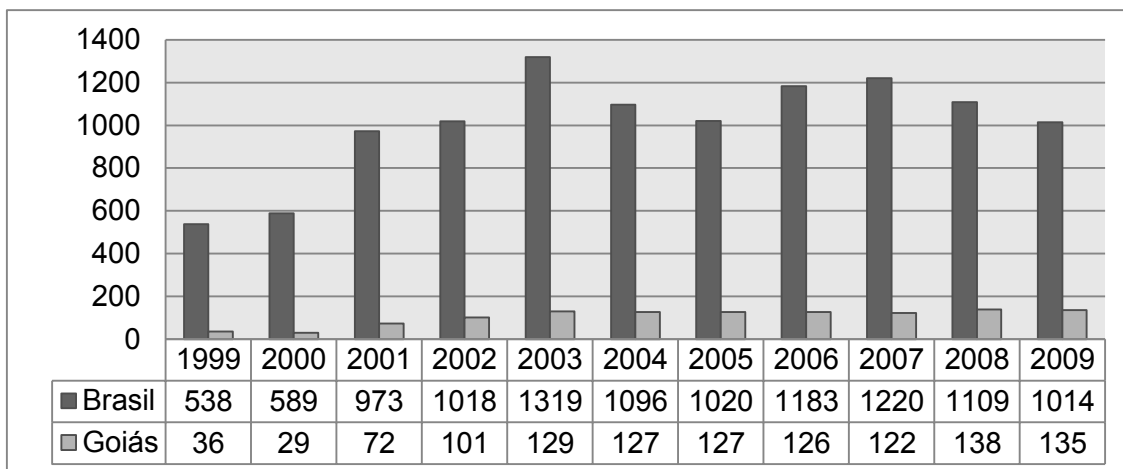


FIGURA 1: Casos de intoxicação por produtos veterinários no Brasil e em Goiás (1999-2009).
Fonte de dados: Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), 2015.

Observa-se, na Figura 1, o grande número de intoxicações por produtos veterinários no Brasil e no Estado de Goiás, efeitos esses que são invisibilizados à população. Totalizando nesse período 11.079 casos de intoxicações brasileiras e 1.015 no Estado de Goiás. Neste mesmo período foram registrados 75 óbitos somente por produtos veterinários como apresenta o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX, 2015). Sabe-se que as intoxicações e óbitos ocasionados pelo uso de produtos veterinários, especialmente aqueles de combate a carrapatos e outros parasitas não são eficientemente registrados, o que corresponde que esses valores seriam bem maiores.

Na pesquisa direta, realizada no município de Goiás, entre outros problemas, destacamos a ineficiência da fiscalização. As lojas agropecuárias visitadas, em sua maioria, não possuem veterinários responsáveis, sendo que as vendas e orientações de uso ficam, via de regra, por conta dos próprios compradores. Com destaque para os produtos para controle de ectoparasitas, os “agrotóxicos veterinários” são utilizados de forma indiscriminada, pois não são utilizados equipamentos de proteção, assim como, não são tomados os devidos cuidados relacionados aos períodos de carências dos produtos para a venda dos alimentos, entre eles carne e leite.

Conclusões

Ressalta-se a necessidade de intensificar a discussão em torno dessa temática. Busca-se assim, levar informação, alertar, conscientizar a população com os dados levantados e organizados aqui, referente aos danos causados na saúde e no meio ambiente, devido ao uso dos “agrotóxicos” de uso na pecuária.

É importante, neste sentido, além da luta na construção de uma matriz agroecológica, a cobrança das fiscalizações mais rígidas do Estado, implantação de programas regionais de monitoramento de resíduos de “agrotóxicos” veterinários, instauração de Processos Administrativos Sanitários, certificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) da toxicidade aos seres vivos, além da valorização da produção pecuária camponesa/agroecológica.

Agradecimentos

Agradecemos ao Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (Gwatá) localizado na



Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Campus Goiás-Brasil; à Universidade Estadual de Goiás (UEG)-Brasil pela concessão da Bolsa de Pesquisa (PBIC/UEG) que possibilita o desenvolvimento das atividades previstas no plano de trabalho e ao apoio financeiro recebido da Universidade Estadual de Goiás que nos possibilitou participar do evento.

Referencias bibliográficas

- Augusto LGS, FF Carneiro, W Pignati, RM Rigotto, K Friedrich, NMX Faria, AC Búrigo, VMT Freitas, E Guiducci Filho (2012) Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde Parte 2, Rio de Janeiro: 97.
- Brasil. Decreto nº 5.053/2004-Decreto-Lei nº.467/1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5053.htm>. Acesso em: 25/02/2015.
- Brasil. Decreto nº 6.296/2007 aprova a Lei nº 6,198/1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6296.htm> Acesso em: 25/02/2015.
- IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 25/02/2015.
- Lust E, C Barthold, M Malesker, (2009) Human Health hazards of veterinary medications: infotration for emergency departments *In* TPP Silva, JC Moreira, F Peres (2012) Serão os carrapaticidas agrotóxicos? Implicações na saúde e na percepção de riscos de trabalhadores da pecuária leiteira, Rio de Janeiro. Ciência e saúde coletiva: questões ambientais sob perspectiva da saúde ABRASCO, 17 (1): 311-325.
- Silva TPP, JC Moreira, F Peres (2012) Serão os carrapaticidas agrotóxicos? Implicações na saúde e na percepção de riscos de trabalhadores da pecuária leiteira, Rio de Janeiro. Ciência e saúde coletiva: questões ambientais sob perspectiva da saúde ABRASCO, 17, (1): 311-325.
- Sinitox. Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/sinitox/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=123>>. Acesso em: 20/03/2015.